



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 20 de novembro de 2024

N.º 24/2024

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Vitor Manuel Ferreira Ramalho (PS), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 658/2024 – Proposta n.º 46/2024 – GAP – Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para os anos de 2025 e de 2026 - Ratificação da Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2024 – SMS**
  - 2. Deliberação n.º 659/2024 – Proposta n.º 127/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público, n.º 39/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Adjudicação**
  - 3. Deliberação n.º 660/2024 – Proposta n.º 128/2024 – DAF/DICONT/SERGEF – Alienação do lote de terreno n.º 90, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**
  - 4. Deliberação n.º 661/2024 – Proposta n.º 129/2024 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipal e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
  - 5. Deliberação n.º 662/2024 – Proposta n.º 130/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de Apoio Financeiro 2024**

6. **Deliberação n.º 663/2024 – Proposta n.º 131/2024 – DCDJ/DIDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal**
7. **Deliberação n.º 664/2024 – Proposta n.º 132/2024 – DCDJ/DICUL – Adenda ao Protocolo de Depósito de Bens Culturais entre o Museu de Setúbal/Convento de Jesus e o Museu da Presidência**
8. **Deliberação n.º 665/2024 – Proposta n.º 133/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
9. **Deliberação n.º 666/2024 – Proposta n.º 217/2024 – DURB/DIGU – Painel Publicitário tipo Mupi com 6m<sup>2</sup> - Processo n.º 127/23**
10. **Deliberação n.º 667/2024 – Proposta n.º 218/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de alterações e licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 470/22**
11. **Deliberação n.º 668/2024 – Proposta n.º 219/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de construção, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 334/21**
12. **Deliberação n.º 669/2024 – Proposta n.º 220/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento de alterações e ampliação, no decorrer da obra, de um edifício de habitação coletiva com garagens em cave - Processo n.º 400/20**
13. **Deliberação n.º 670/2024 – Proposta n.º 221/2024 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável sobre viabilidade de demolição de um edifício e construção de dois edifícios destinados a habitação e comércio/serviços - Processo n.º 36/24**
14. **Deliberação n.º 671/2024 – Proposta n.º 222/2024 – DURB/GARIU – Painel Publicitário c/ 24m<sup>2</sup> - Processo n.º 125/24**
15. **Deliberação n.º 672/2024 – Proposta n.º 223/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22**
16. **Deliberação n.º 673/2024 – Proposta n.º 224/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 4m<sup>2</sup> cada face - Processo n.º 177/19**

C) **Período destinado à intervenção do Público**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.



## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que em reunião anterior levantou uma questão relacionada com a gestão dos resíduos verdes, o desbaste das podas das árvores ou de arbustos no espaço público. Os resíduos verdes ficavam abandonados por toda a cidade, não eram recolhidos após o desbaste. Recentemente ocorrera uma denúncia semelhante, ocorrida na Rua da Quinta da Rutura, na zona do Grelhal, cujos resíduos verdes ficaram abandonados e por lá continuavam, sem que a recolha fosse efetuada. Alertou para a necessidade de os mesmos serem recolhidos no imediato ou no mais tardar no dia seguinte, sem que continuassem indefinidamente a ocupar o espaço público, que numa situação limite poderia colocar em risco a saúde pública pelo alojamento de outros animais, podendo causar outras pragas.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que se iria iniciar o inverno e algumas das pragas que existiam na cidade iriam diminuir, como seria o caso das baratas e dos ratos. Como era público, o aumento daquelas pragas foi uma constante no município de Setúbal. Disse que fizeram algumas intervenções sobre o assunto, a senhora vereadora que tinha o pelouro já tinha dado algumas respostas, as quais não fizeram muito sentido.

Estando numa fase de preparação para o próximo ano e sabendo que a partir de março/abril começariam os primeiros calores, agravando-se novamente aquela situação, questionou se já existia um planeamento e um combate mais eficaz, para que não tivessem situações idênticas a 2024, em que no final do dia, em determinados bairros, era praticamente impossível circular nas ruas.

Disse haver um problema com um ruído no Polo da Biblioteca Municipal de Setúbal que se encontrava em São Julião, que prejudicava o seu funcionamento. Solicitou que verificassem a situação.

Referiu que o polidesportivo, junto ao Largo Afonso Ventura, junto ao Núcleo Bicross, encontrava-se em estado de degradação. Questionou se existia a previsão de requalificação daquele espaço, tendo em consideração que era uma zona onde tinham muitos jovens e seniores, podendo o mesmo ser facilmente utilizado para a prática desportiva. Caso o referido polidesportivo fosse requalificado, questionou de que forma seria feita a gestão do espaço. Estando o Núcleo Bicross bem perto do referido espaço, sugeriu que o mesmo ficasse com a gestão do espaço.

Alertou para a existência de uma caixa de eletricidade que se encontrava no polidesportivo, que facilmente uma criança poderia aceder aos cabos elétricos da referida caixa, correndo o risco de alguma criança poder ficar eletrocutada.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que a Estrada da Mitrena naquela zona industrial, nunca estivera em boas condições, porque o movimento rodoviário era difícil mantê-la em condições, tinham recentemente iniciado obras de alguma dimensão, significava que dificultava a movimentação das viaturas das fábricas e a movimentação das viaturas dos trabalhadores.

Questionou o senhor Presidente se foi pensada uma alternativa para escoar o trânsito para outros sítios ou se aquela situação se iria manter, que iriam demorar algum tempo.

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Disse que na Rua Engenheiro Henrique Cabeçadas era utilizado o parque que ficava em frente ao acesso à escola, onde estacionavam na sua proximidade um conjunto de camiões TIR, os quais circulavam na hora em que a escola tinha mais afluência. Tratava-se de uma questão que a Câmara já deveria ter acautelado, porque já vários munícipes alertaram a câmara com alguma insistência para aquela situação.

Referiu que a Rua de São Gonçalo em Azeitão estava com muitos problemas em termos de manutenção, necessitando da atenção da Câmara.

Questionou se a referida manutenção ainda seria feita naquele mandato.



**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Segundo o relatório anual da Segurança Interna divulgado recentemente, a violência doméstica era o crime que continuava a apresentar maiores índices de queixas, apesar de ter registado uma ligeira descida de 0,1% no ano anterior, no entanto, em 2024 já se registou 25 vítimas mortais.

De janeiro ao dia 15 de novembro ocorreu 53 tentativas de homicídio. Números divulgados pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR. Ao consultar o documento constataram que se registaram um dos maiores aumentos da criminalidade em Faro com 13,5%, seguido de Setúbal com 12,9%.

Dadas as competências do Conselho Municipal de Segurança, pretendiam saber se os dados constantes no relatório já tinham sido alvo de análise para aprofundamento do conhecimento da situação de segurança do município e se foram emitidos pareceres relativos à evolução dos níveis de criminalidade, assim como os dados relativos à violência doméstica.

Na temática da igualdade do género, referiu que na reunião de 13 de março, de acordo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, relativamente aos conselheiros e conselheiras locais para a igualdade, abordaram a questão que Setúbal se encontrava sem nomeação, tendo-lhes sido transmitido na reunião que não estavam nomeados os conselheiros, que já tinham identificado um conselheiro interno, mas faltava a decisão sobre o conselheiro externo.

Na altura o senhor Vereador referira que o processo estaria em breve concluído, no entanto, até àquela data, na Área Metropolitana de Lisboa, Setúbal continuava sem nomeação do conselheiro para a referida comissão.

Questionou em que ponto se encontrava a recomendação da criação do Grupo Interinstitucional da Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, para a concessão de um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e Doméstica, dado ser uma ação definida como prioritária no Plano Municipal.

Disse que assinalaram o Dia Internacional dos Direitos das Crianças, mas apesar de todos os esforços feitos havia ainda muitas crianças que eram vítimas de várias formas de crime e de violência.

As crianças tinham direito a educação gratuita, ao nome, a brincar, à nacionalidade, à alimentação, à proteção, à habitação, ao amor, à compreensão, à família, o direito à paz, que fossem respeitados pelos adultos. As crianças eram quem mais sofria com a pobreza.

Referiu serem assustadores o número de crianças que viviam sem cuidados de uma mãe ou de um pai, eram quem menos voz tinham. Ainda haveria tanto para fazer para um futuro melhor.

A declaração dos direitos da criança, proclamada pela resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas em 59, referia e bem: *“A humanidade deve à criança o melhor que tem para dar, que as consigamos ouvir, porque temos essa responsabilidade”*.

**Sr. Presidente** – Informou o Senhor Vereador Joel Marques, relativamente aos resíduos verdes abandonados no espaço público, que existia um período para fazer a poda das árvores que tinha de ser garantido. Existiam duas viaturas de apoio, mas a meio daquela operação as duas viaturas avariaram, tendo os impactos que todos conheciam. Receberam muitas manifestações de desagrado por parte da população. No caso do Grelhal, poderia ter passado pelo esquecimento, pelo que agradecia a informação por parte do senhor vereador. Certamente os serviços iriam fazer a recolha dos resíduos verdes.

Informou o senhor Vereador Nuno Cruz, relativamente às pragas, já tinham aprovado para o ano de 2025 o concurso para adjudicação às empresas da especialidade. Teriam de verificar no terreno as situações e se a empresa continuaria a fazer as intervenções de acordo com o caderno de encargos. Disse existirem anos mais complicados outros menos complicados, sendo que as próprias alterações climáticas tinham impacto naquelas situações, as quais tinham tendência a agravar-se.

Relativamente ao ruído do Polo da Biblioteca de São Julião, agradeceu a informação colocada pelo senhor vereador e disse que iriam verificar o respetivo ruído.

Quanto ao polidesportivo degradado, agradeceu a informação do senhor Vereador e disse que iriam verificar a situação, bem como a sugestão da sua gestão através da referida coletividade. O executivo fizera naquele mandato um esforço de descentralização para as juntas de freguesia daquele tipo de serviços, certamente que teriam de dialogar com a junta de freguesia para ver a melhor forma de fazer a manutenção e o controlo da situação de degradação daqueles espaços.

Quanto à caixa dos cabos elétricos, disse ficar o registo e agradeceu ao senhor vereador a questão colocada.

Informou a senhora Vereadora Patrícia Paz, que o relatório de Segurança Interna referia o aumento dos problemas da violência doméstica de 12,9% relativamente ao Distrito de Setúbal. Quando se falava de Setúbal ficava-se com a ideia de que seria Setúbal município e muitas vezes não estaria relacionado com Setúbal, mas com o Distrito de Setúbal. Disse que apenas tinha a informação de que os dados foram divulgados no dia anterior. Referiu que os problemas de violência doméstica, de acordo com os dados, apontavam para um agravamento constante ao longo dos anos. As entidades que tinham responsabilidade naquela matéria deveriam atuar preventivamente, no sentido de acautelar aquelas situações. A Câmara Municipal desenvolvia o seu trabalho com as suas responsabilidades, mas não seria a Câmara Municipal o maior responsável relativamente àquelas situações. Informou que o Conselho Municipal de Segurança se reunia em fevereiro ou março e nessa altura certamente seria um tema a considerar. Na última reunião do Conselho Municipal de Segurança verificaram que as situações de violência em geral diminuíram relativamente a 2023, mas não significava que no final do ano houvesse uma reavaliação que apontasse para situações mais complicadas. Numa perspetiva geral as situações da insegurança continuavam a manter-se a um nível preocupante.

Informou o senhor vereador Fernando Negrão que a Estrada Nacional 10/4, que ligava Setúbal à Mitrena, sendo uma estrada nacional, o município não deveria ter responsabilidades naquela estrada. Alguns anos atrás entendera-se retirar do Plano Rodoviário Nacional a Estrada Nacional 10/4, tendo como objetivo entregar a gestão à Câmara Municipal. Disse que tivera dezenas de reuniões com Estradas de Portugal e com a Infraestruturas de Portugal sobre aquele assunto. O executivo da câmara Municipal de Setúbal nunca dissera que não estaria disponível para assumir responsabilidades na gestão daquela estrada, mas o que lei dizia sobre a passagem da responsabilidade do Estado para as autarquias, quando as mesmas eram transferidas, deveriam ser feitas nas devidas condições e devidamente reparadas. Verificaram que ao longo dos últimos anos, a Estradas de Portugal e posteriormente a Infraestruturas de Portugal nunca fez as intervenções necessárias naquela estrada. Reunira com os responsáveis das principais empresas da Mitrena com a Infraestruturas de Portugal, mas nunca chegaram a uma solução, sendo que naquela altura havia a disponibilidade das empresas em conjunto com a Câmara poderem fazer a manutenção da referida estrada.

Tratava-se de uma estrada de extrema violência do ponto de vista da sua utilização. Num conjunto de reuniões que tiveram com as empresas da Mitrena, o senhor diretor da Navigator informou que por dia, só para a Navigator, circulavam 400 camiões naquela estrada TIR, o que demonstrava bem a violência sobre aquela via.

Disse que se tratava de uma Península que contribuía de uma forma significativa para o PIB Nacional, sendo que não fazia sentido que o Estado tivesse abandonado as suas responsabilidades naquela matéria.

No período em que esteve como Presidente da Assembleia Municipal, o Estado chegara a um entendimento com a Câmara Municipal, no sentido de avançar para a requalificação da estrada, sendo que naquele acordo, dos fundos do PRR seriam disponibilizados dois milhões de euros e a Infraestruturas de Portugal disponibilizaria cerca de um a dois milhões de euros, permitindo a requalificação da estrada.

As empresas da Mitrena assumiram os custos da elaboração do projeto, tal não foi a situação caricata a que chegaram. Referiu que uma determinada verba proveniente do PRR deixou de ser considerada no início do mandato de 2021/2025. Após ter tomado posse, a senhora

Presidente da CCDR telefonou para lhe felicitar e informou-o de que tinha um milhão de euros para lhe entregar que deveria ser direcionado para a estrada. Como seria óbvio, um milhão de euros não daria para nada, nem sequer para iniciar as obras, no entanto, apenas tinha 15 dias para dar resposta, caso contrário o dinheiro seria direcionado para outra obra. Certamente que não iria deixar que um milhão de euros fosse para outro lado, sabendo da necessidade que tinham para aquele investimento.

Assumiam a obra e posteriormente fariam um empréstimo de um milhão e meio de euros, mas para iniciarem a obra teriam de reformular o projeto que as empresas fizeram, uma vez que o mesmo apontava para um investimento superior a cinco milhões de euros.

Desenvolveram todos os procedimentos para a abertura do concurso e falaram com a senhora Ministra, que tinha a área dos fundos comunitários, para garantir a finalização da obra.

Decorridos uns meses a senhora Ministra telefonou a dizer que conseguiu mais de dois milhões de euros para a obra, por essa razão avançaram com a obra, tendo sido feita uma revisão de projeto, porque não havia dinheiro para realizar o projeto inicial e informaram as empresas, designadamente a Navigator e a Sapec, as quais teriam que realizar as rotundas que dariam acesso às respetivas áreas.

O executivo convencera-se que as referidas empresas iriam contratar a mesma empresa que ganhou o concurso na câmara para realização da obra, o que não terá sido o caso. A obra começara por decorrer e nos últimos meses surgira a necessidade de fazer as rotundas, caso contrário a obra não poderia avançar, porque não teriam acesso às atividades das respetivas empresas. Reuniram-se com os responsáveis das empresas da zona da Mitrena, que passado uma semana informaram-no que iriam fazer contratos com a empresa ganhadora do concurso, assumindo os custos das rotundas, permitindo que a obra se pudesse desenvolver. Disse haver outra questão que estaria relacionada com as dificuldades na circulação.

Tratava-se de uma estrada com muita frequência de carros pesados, mas também de milhares de carros ligeiros utilizados pelos trabalhadores, no entanto, só existia uma via, sendo muito estranho, porque se tratava de numa zona de grande concentração de empresas, sendo que uma delas seria uma das maiores empresas europeias a trabalhar naquela zona, permitindo um rendimento significativo para o Estado e estando a Câmara limitada no financiamento para a realização da obra, no entanto, ainda criaram condições para o pagamento à GNR, para possibilitar um melhor controlo da circulação enquanto a obra estivesse a decorrer.

Disse que tivera uma reunião com o atual senhor Ministro das Infraestruturas, tendo colocado a necessidade urgente de construir uma via alternativa à estrada Nacional 10/4. O senhor Ministro compreendia a situação, uma vez que tinham várias empresas que operavam com resíduos perigosos e qualquer problema que surgisse naquele espaço não haveria uma alternativa àquela estrada. O senhor Ministro informara que, quando tivesse na sua agenda uma deslocação para Setúbal, reuniria com a câmara e com as empresas, para que pudessem encontrar uma solução, mas até à data ainda não aconteceu.

A circulação de uma só via no decorrer da obra não seria solução, porque não permitia o escoamento do tráfego e na última semana a situação foi tão grave que as próprias empresas reuniram e decidiram que já a Câmara Municipal tinha-lhes proposto, com a abertura de uma via alternativa na própria área industrial, que permitisse a passagem de viaturas ligeiras, possibilitando um maior escoamento do tráfego.

Face à gravidade da situação, a SAPEC aceitara a proposta da Câmara. Atualmente os carros ligeiros, nas horas de ponta, tinham via aberta para circular no Parque Industrial da Sapec, minimizando as dificuldades de circulação naquela zona.

Numa das reuniões com o responsável da obra e os responsáveis das empresas da zona da Mitrena, estabeleceram um compromisso, por parte da empresa que fazia a obra, de avisar com oito dias de antecedência, fazendo chegar às administrações das várias empresas, os dias de maior dificuldade na circulação rodoviária. Terá ficado o compromisso que as empresas comunicariam aos seus trabalhadores os dias de pavimentação.



A primeira vez que acontecera a restrição na circulação rodoviária chegaram-lhes várias manifestações, entre as quais dos trabalhadores que, deixaram de ir buscar os filhos à creche e deixaram de dar outro tipo de apoios.

A Câmara fazia aquilo que estava ao seu alcance, no entanto, não tinham condições para resolver aquela situação. Quanto mais depressa realizassem a obra, mais depressa se viam livre daqueles condicionamentos, tão penalizadores para aqueles que eram obrigados a utilizar aquela única via de acesso.

Agradeceu ao senhor Vereador Fernando Negrão pela pergunta que lhe fez, porque permitia que pudesse falar de uma forma sintética dos problemas e das preocupações que tinham, das quais não tinham como resolver, exceto se comessem a colocar barcos fazendo a circulação até à Lisnave, para que as pessoas em vez de utilizar o carro utilizassem o barco, sendo uma ideia que não teria viabilidade.

Disse que não estavam parados à espera que acontecesse alguma coisa, porque intervinham, dialogavam e apresentavam propostas. Esperavam que a medida da Sapec, para as horas de ponta, amenizasse os impactos na circulação de automóveis ligeiros.

Tratava-se de uma grande obra, que não poderia terminar rapidamente, certamente que iria demorar mais dois meses até dar por concluída. Esperava que até final de janeiro a obra ficasse concluída, podendo ter uma estrada que correspondesse às exigências em termos de segurança, no entanto, continuavam a trabalhar no sentido de encontrar uma via alternativa, tendo em conta a atividade económica naquela zona, sendo que as empresas estariam disponíveis.

Assim sendo, voltaria a colocar a questão ao senhor Ministro para que se deslocasse a Setúbal e reunisse com todos os interessados na construção de uma nova via.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse viverem num país “*fantástico*”, tinham comboios, mas não tinham as respetivas infraestruturas, tinham barcos, mas não tinham as respetivas infraestruturas, tinham grandes empresas em Setúbal, mas não tinham as respetivas infraestruturas. Os partidos que governaram Portugal na democracia tinham que repensar aquilo que fizeram e teriam que mudar a “*agulha*” para resolver os problemas do país.

**Sr. Presidente** – Disse subscrever a intervenção do senhor Vereador Fernando Negrão e faria tudo o que estivesse ao seu alcance para conseguir que o Estado, as empresas e a Câmara construíssem uma via alternativa.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 10 a 12:

**“Saudação  
Aniversário Club Setubalense**

*Fundado por notáveis figuras da cidade de Setúbal, o Club Setubalense abriu as suas portas a 12 de novembro de 1855. A sua primeira sede foi no Paço do Duque, hoje conhecido como Palácio do Governo Civil, onde permaneceu até, pelo menos, 1877, segundo as memórias de Alberto Pimentel. Nessa época, o clube era um espaço de convívio diário, com animados eventos noturnos durante a temporada de verão.*

*A nova e atual sede foi inaugurada a 30 de janeiro de 1926, ganhando um novo impulso com a aprovação dos estatutos em 13 de março de 1928, que reforçaram o objetivo de promover a convivência social, a leitura e encontros familiares. Hoje, o Club Setubalense é uma instituição icónica que enriquece a vida cultural e social de Setúbal.*

*Os vereadores do PSD Setúbal saúdam o Club Setubalense pelo seu 169º aniversário e desejam a todos os intervenientes no projeto a continuação de um bom trabalho.”*



**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Sugeriu que o trabalho do Club Setubalense fosse mais visível, porque nos últimos tempos o trabalho não tinha sido visível para o cidadão da cidade e do concelho.

**“Saudação  
Aniversário Vitória Futebol Clube**

*O Vitória Futebol Clube, um dos maiores símbolos da cidade e região de Setúbal, celebra o seu 114.º aniversário no dia 20 de novembro. Fundado em 1910, o clube é uma instituição de grande prestígio e continua a ser uma fonte de orgulho para todos os setubalenses. O amor dos seus sócios e da comunidade pelo Vitória atravessa gerações e se espalha por todo o país.*

*Apesar dos constrangimentos e das dificuldades sentidas nos últimos anos, o clube setubalense segue com um projeto de futuro focado no fortalecimento do seu prestígio desportivo, apostando na iniciação desportiva e na educação em diversas modalidades. Ao mesmo tempo, promove valores essenciais como a responsabilidade e o compromisso, cultivando um sentimento de pertença e identificação com a região.*

*Neste 114.º aniversário, os vereadores do PSD Setúbal prestam a sua homenagem ao Vitória Futebol Clube pela sua trajetória e pelos inúmeros contributos que deu à cultura desportiva e ao desenvolvimento da cidade. Que o clube continue a prosperar, inspirando novas gerações e fortalecendo os vínculos que o unem a Setúbal. Parabéns por mais um ano de história e sucesso!”*

**“Saudação  
Aniversário APPACDM**

*A Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal (APPACDM) comemorou, no passado dia 9 de novembro, o seu 54.º aniversário. Fundada em 1970, a APPACDM de Setúbal transformou-se numa instituição dedicada a promover a integração social, refletindo as aspirações e necessidades da comunidade em que está inserida.*

*A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, especialmente para aqueles que enfrentam deficiências e vulnerabilidades, tem sido o pilar da sua missão. A sua abordagem baseia-se em princípios de rigor, transparência e inovação, sempre inspirada pelas melhores práticas de promoção dos direitos sociais e da cidadania.*

*Com um impacto direto na vida de mais de mil cidadãos e suas famílias, a APPACDM de Setúbal desenvolve uma vasta diversidade de atividades em diferentes contextos, nos quais se incluem escolas, empresas e parcerias com outras associações. Através de mais de 25 projetos e valências, a instituição assegura um apoio abrangente à comunidade.*

*Os vereadores do PSD Setúbal celebram o papel fundamental que a APPACDM de Setúbal desempenha na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Felicitam a instituição por mais um ano de dedicação e compromisso inquestionável com a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência.”*

**Sr. Vereador Paulo Calado** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 13 a 15:

**“Saudação  
Aniversário da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras**

*Hoje, dia 20 de novembro, a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras – APACCF – comemora 39 anos desde a sua fundação.*

*A associação foi criada como uma iniciativa dos professores da Escola Básica nº9 Casal das Figueiras, com o objetivo de combater o insucesso escolar e a exclusão social, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Reconhecendo que o sucesso escolar exigia*



*um esforço além das salas de aula, a APACCF envolveu as famílias e os recursos comunitários para garantir um apoio mais abrangente.*

*Hoje, a APACCF continua a ter um impacto significativo na comunidade, incentivando o crescimento pessoal e cultural das crianças e jovens e promovendo mudanças positivas nas atitudes em relação à educação. A instituição continua a desempenhar um papel crucial no fortalecimento do bem-estar das famílias, tendo consolidado-se como um aliado imprescindível do poder local.*

*Os vereadores do Partido Social Democrata felicitam a APACCF, os seus órgãos sociais, membros e funcionários por mais um ano de trabalho dedicado, que tanto engrandece o nome de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Academia de Futsal Estrelas de Setúbal**

*É com grande entusiasmo que o Partido Social Democrata de Setúbal comemora o 10.º aniversário da Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, assinalado no passado dia 12 de novembro.*

*Fundada com o objetivo de promover o desporto de formação, a Academia tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento físico e psicológico dos jovens setubalenses, incentivando-os a adotar um estilo de vida saudável desde cedo.*

*A contribuição de entidades como a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal é inestimável para o desenvolvimento desportivo da nossa cidade, tornando-a mais vibrante e dinâmica.*

*Os vereadores do PSD Setúbal felicitam a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, bem como os seus órgãos sociais, associados e atletas, pelo sucesso alcançado ao longo desta década e desejam que o bom trabalho prossiga por muitos anos.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Academia de Rugby de Setúbal**

*A Academia de Rugby de Setúbal celebrou, no passado dia 11 de novembro, o 13.º aniversário da sua atividade no concelho. Fundada em 2011, esta academia tem sido um exemplo notável no desenvolvimento de atletas da modalidade.*

*Nos últimos 13 anos, a academia tem vindo a desempenhar um papel fundamental na promoção e crescimento do rugby em Setúbal, participando ativamente em competições nacionais e deixando a sua marca em eventos internacionais. O seu contributo foi além-fronteiras, elevando o nome da cidade de Setúbal nos palcos desportivos.*

*Mais do que uma entidade desportiva, a Academia de Rugby Club Setúbal destaca-se pelo seu forte sentido de responsabilidade social. Num gesto admirável, tem estado na linha da frente na organização de ações de apoio ao povo ucraniano desde o início do conflito. Este envolvimento sublinha o seu compromisso com os valores de solidariedade e humanidade.*

*Neste marco especial, os vereadores do PSD Setúbal felicitam a Academia de Rugby Club Setúbal pelo seu excelente percurso e desejam que continue a ter sucesso tanto no desporto como nas suas causas sociais.”*

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 a 24:

#### **“Saudação**

##### **Augusto Lobo conquista 1.º lugar na Competição Internacional da EURHODIP**

*Augusto Lobo, aluno de Gestão Hoteleira e Alojamento e Técnicas de Cozinha/Pastelaria da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, conquistou o 1.º lugar na categoria Gestão de Food & Beverage na competição internacional da EURHODIP, onde representou a escola que*

frequenta. A competição decorreu durante a 31.ª Conferência Anual da Eurhodip, que se realizou de 6 a 10 de novembro, na Tunísia.

A Eurhodip – associação internacional sem fins lucrativos com sede em Bruxelas – tem como objetivo disponibilizar programas e serviços que contribuam para o contínuo aumento da qualidade da educação em hotelaria e turismo numa perspetiva global.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Augusto Lobo e a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal pela distinção, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.

Transmitem ainda o reconhecimento pelo importante trabalho desenvolvido pela Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, uma instituição de ensino de referência na nossa região, com um papel determinante para o desenvolvimento económico do concelho e distrito de Setúbal.”

### **“Saudação**

#### **Aniversário da Academia de Futsal Estrelas de Setúbal**

Fundada em 2014, a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal celebrou o seu 10.º aniversário no dia 12 de novembro.

Este projeto de formação, que conta já com uma década de atividade, foi criado com o objetivo de fomentar a prática desportiva da modalidade de futsal junto dos mais jovens. Desde então, tem sido um espaço de partilha e crescimento, onde inúmeros jovens já tiveram a oportunidade de contactar com a modalidade, desenvolver hábitos de vida saudáveis e nutrir a sua paixão pelo desporto.

A Academia tem desenvolvido uma importante atividade com crianças entre os 5 e os 14 anos, contribuindo não só para o seu desenvolvimento a nível desportivo, mas também para o seu desenvolvimento integral enquanto cidadãos. O desporto de formação desempenha um papel fundamental na sociedade como processo educativo não formal e prática de cidadania, constituindo-se assim como um instrumento imprescindível para a difusão dos valores democráticos e para a promoção da inclusão.

Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Futsal Estrelas de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem diariamente para a sua atividade, por mais um aniversário.”

### **“Saudação**

#### **Aniversário da Associação de Proprietários de Casas de Azeitão – Escola de Ténis Casas de Azeitão**

Fundada em 2004, a Associação de Proprietários de Casas de Azeitão – Escola de Ténis Casas de Azeitão celebra este ano o seu 20.º aniversário.

Tem, desde o início, desenvolvido uma importante atividade, contribuindo para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, em especial na modalidade de ténis.

Os seus contributos, não só no âmbito do desporto de formação, mas também na organização de iniciativas, como o Open de Azeitão e o Azeitão Masters Cup, que contribuem para a dinâmica desportiva do nosso território, promoveram a consolidação da Associação enquanto um importante parceiro do poder local.

Reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para a promoção do bem-estar e qualidade de vidas populações, para a democratização do acesso ao desporto e para a valorização e desenvolvimento dos territórios a nível local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a APCA – Escola de Ténis Casas de Azeitão, órgãos sociais, associados, atletas e todos aqueles e aquelas que, de alguma formá, contribuem para a sua atividade, por mais um aniversário.

Fazem ainda votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”



**“Saudação**

**Aniversário do Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão**

*Criado por um pequeno grupo de amigos de longa data, em 2003, o Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão celebrou o seu 21.º aniversário no dia 1 de novembro.*

*Ao longo dos anos tem vindo a densificar a sua atividade e a crescer, contando atualmente com cerca de 30 membros. Tem procurado promover a prática desportiva, em particular do ciclismo de montanha, de uma forma responsável, em ambiente de camaradagem, respeito mútuo e sem qualquer tipo de discriminação, dando especial ênfase à cooperação com entidades oficiais, grupos ambientalistas e outras associações, no desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva e dinamização local.*

*O Núcleo atribui também especial relevância à promoção da valorização e preservação do património natural do concelho. Para além da atividade de âmbito desportivo, organiza anualmente vários eventos de carácter cultural e gastronómico, sendo que a qualidade dos mesmos tem vindo a ser reconhecida pela comunidade local e ciclística.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, por mais um aniversário.*

*Transmitem também o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 21 anos, fazendo votos de continuação do mesmo.”*

**“Saudação**

**Aniversário da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras**

*O movimento associativo desempenha um papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, em áreas como o desporto, a cultura, a juventude e a educação, enquanto ferramenta de transformação social.*

*Assim, entidades como a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (APACCF), que celebra hoje, dia 20 de novembro, o seu 38º aniversário, constituem-se como parceiros fundamentais do poder local, através das quais os cidadãos têm a capacidade de agir, num processo de cidadania participativa, em prol da sua comunidade.*

*Criada por professores da Escola Básica nº 9 Casal das Figueiras, em 1985, a APACCF surgiu como resposta ao insucesso escolar e à exclusão social, tendo como objetivo promover o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens, envolvendo diversos intervenientes – a via para o sucesso escolar passa não só pela escola, mas também pela instituição “família” e pelos recursos disponíveis na comunidade local.*

*Adaptando-se àquilo que tem sido a evolução das necessidades das populações, oferece atualmente vários serviços, prestando apoio à comunidade em diversas dimensões – berçário e creche; jardim de infância; ATL; ludoteca; cantina social; loja social; apoio à família e apoio à crise; Programa Terapêutico “Lugar da Manhã”.*

*Através do trabalho de excelência, desenvolvido ao longo de quase 4 décadas, a APACCF conquistou o seu lugar na comunidade Setubalense, sendo reconhecida pelos seus contributos a nível institucional, mas também pelas populações.*

*Assim, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Pais e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, órgãos sociais, associados e trabalhadores, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*



**“Saudação  
Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a  
Liberdade**

*A Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade, fundada em 1975, assinalou o seu 79.º aniversário no dia 13 de novembro.*

*Surgiu há 49 anos atrás, como resposta para a promoção do acesso à habitação digna no concelho de Setúbal, tendo contribuído para o seu desenvolvimento social, bem como para o bem-estar e qualidade de vida da população, no combate à carência habitacional.*

*As cooperativas de habitação e construção ganharam especial relevância após a Revolução de 25 de Abril de 1974, tornando-se importantes mecanismos de acesso à habitação digna.*

*Face à atual crise na habitação, estas têm vindo a ganhar especial atenção e relevância, sendo consideradas como um dos possíveis instrumentos de combate a este flagelo.*

*Contudo, apesar do papel que tiveram e que poderão voltar a ter para a resolução do contexto atual, o poder local em cooperação com a Administração Central, tem o importante dever de, em proximidade com a comunidade, identificar as necessidades prementes no seu território e, através da formulação de implementação de uma política local de habitação, promover a criação de mais e melhor habitação, dando resposta não só aos munícipes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconómica ou em situação de sem-abrigo, mas também à classe média e aos jovens.*

*Assim, e reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela Cooperativa de Habitação e Construção Económica Bem-vinda a Liberdade, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam-na por mais um aniversário.”*

**“Saudação  
Aniversário da APPACDM de Setúbal**

*A APPACDM de Setúbal – Instituição Particular de Solidariedade Social vocacionada para a área da deficiência intelectual – celebrou o seu 54.º aniversário no dia 9 de novembro.*

*Desde a sua fundação, em 1970, que a APPACDM tem procurado contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, promovendo o bem-estar e qualidade de vida das pessoas com deficiências, incapacidades e vulnerabilidades.*

*Tem desempenhando assim um papel determinante para o desenvolvimento do nosso território a nível local, através da sua intervenção junto de mais de mil cidadãos e suas famílias, com ações e dinâmicas desenvolvidas nos mais diversos contextos e 26 valências e projetos, enquadrados em acordos celebrados com diversas entidades ou dinamizadas no âmbito de programas específicos, para a integração e socialização dos seus utentes, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, e para a construção de uma Setúbal mais inclusiva.*

*Com inúmeras respostas sociais, como o CAARPD – Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade, o CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão ou o CAVI – Centro de Apoio à Vida Independente, e projetos, como o Quiosque Botão Azul e o Incorpora, a APPACDM dá uma resposta inovadora e dinâmica no combate à exclusão social de pessoas com deficiência, trabalhando junto da comunidade.*

*Segundo os dados mais recentes do Observatório da Deficiência, publicados no relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2023”, é possível observar uma dificuldade persistente do país em diminuir as disparidades entre pessoas com e sem deficiência, sendo que essas desigualdades permaneceram praticamente inalteradas desde 2015. Ao analisar o período entre 2015 e 2022, o relatório identifica que houve apenas uma pequena queda de dois pontos percentuais na taxa de risco de pobreza após transferências sociais para pessoas com deficiência, e que a disparidade em relação às pessoas sem deficiência se manteve praticamente inalterada.*

*Na área do emprego, houve progresso, mas as mulheres com deficiência ainda enfrentam barreiras adicionais.*



*Já no domínio da educação, o relatório destaca que o abandono escolar é mais comum entre alunos com deficiência, com uma taxa de 22,1% em 2020 para jovens entre os 18 e 24 anos, que é 13,2 pontos percentuais mais alta do que para alunos sem deficiência, valor que no mesmo ano se situava nos 8,9%.*

*Combater a exclusão social e a discriminação de pessoas com deficiência é fundamental para a concretização de uma sociedade mais igual, justa e democrática, devendo ser uma luta de todos, pois exige políticas abrangentes e integradas, que incluam a eliminação de barreiras físicas, o fomento da acessibilidade, a promoção de oportunidades iguais no mercado de trabalho, o acesso a educação inclusiva e a luta contra o estigma e a discriminação.*

*Neste sentido, e reconhecendo os seus importantes contributos, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a APPACDM de Setúbal, órgãos sociais, trabalhadores e utentes, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário da Academia de Rugby Club de Setúbal**

*A Academia de Rugby Club de Setúbal, fundada em 2011, celebrou o seu 13º aniversário no dia 11 de novembro.*

*Criada enquanto projeto desportivo dedicado à formação de atletas na modalidade de rugby, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal.*

*O trabalho desenvolvido no âmbito do desporto de formação, em especial, junto dos mais jovens, tem demonstrado ser fundamental para a promoção do desenvolvimento das capacidades e competências desportivas destes, mas também para o seu desenvolvimento pleno e saudável, com base nos valores que representam a instituição – Disciplina, Respeito, Coragem, Determinação, Solidariedade, Compromisso, Ética e Diversão.*

*Desta forma, e reconhecendo o desenvolvimento desportivo como um fator indispensável para o desenvolvimento integral do concelho e região de Setúbal, bem como o papel determinante do movimento associativo para o seu sucesso, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Rugby Club de Setúbal, órgãos sociais, sócios, atletas e todos aqueles e aquelas que contribuem para a atividade desta entidade, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.*

#### **“Saudação**

##### **Aniversário do Vitória Futebol Clube**

*“Em Setúbal nasceu, Um clube pequenino, Que ficou bem na memória, E com os anos cresceu, Entranhado no destino, Com o nome de VITÓRIA”, assim inicia o Hino oficial do clube sadino, da autoria de Feliciano F. Silva, a marcha interpretado pelos «Terno D'ouros» que é entoada antes de cada jogo no Bonfim. O Vitória Futebol Clube que é uma das maiores referências a nível desportivo da nossa região e do país assinala hoje, dia 20 de novembro, o seu 114º aniversário.*

*O incontornável Vitória Futebol Clube, fundado em 1910, celebra mais de 100 anos de uma história repleta de glórias, enquanto o maior emblema da cidade e da região, e um dos maiores de Portugal.*

*Mais do que um clube, o Vitória é a casa de inconfundíveis adeptos, que personificam o espírito vitoriano e que não negam o seu apoio nos momentos mais difíceis, renovando o seu amor por esta instituição, algo reconhecido e testemunhado por todos nós.*

*A sua vasta oferta desportiva tem sido fundamental para o desenvolvimento do concelho e região. O importante trabalho desenvolvido, em especial no âmbito da formação, tem dado frutos, com diversos atletas convocados a representar o país em competições internacionais.*

*É no Vitória que muitos Setubalenses contactaram e continuam a contactar pela primeira vez com o desporto, seja como praticantes ou adeptos. Desde o aikido, ao andebol, ao atletismo,*



*à ginástica, ao futebol, ao futsal, ao judo, ao karaté, ao kickboxing, ao taekwondo e ao ténis de mesa, o Vitória é o berço de atletas que levaram consigo, nas suas inúmeras conquistas e vitórias, o nome do seu clube e da sua cidade.*

*A essência do espírito vitoriano faz parte da própria identidade cultural Setubalense. O clube que acompanhou a evolução da cidade e das suas gentes, adaptando-se aos tempos e reinventando-se, sendo impossível separar a sua história da história de Setúbal.*

*Transmitindo todo o seu reconhecimento pelos inúmeros contributos deste grande nome do desporto português, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Vitória Futebol Clube, órgãos sociais, sócios e atletas, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal. Viva o Vitória.”*

**Sr. Vereador Vitor Ferreira** – Disse que a sua neta nascera em Manchester e quando lhe dizia que o Vitória era grande ela dizia que o Vitória era enorme.

*Ficava tudo dito quando se dizia “O Vitória é enorme”, porque era o grande emblema que ajudara e que continuaria a ajudar a afirmar Setúbal no panorama desportivo nacional, porque não era só de futebol quando se falava do Vitória, mas de outras modalidades e de um trabalho fabuloso daquilo que era o grande embaixador de Setúbal.*

**Sr. Presidente** – Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 25:

#### **“Saudação**

##### **114.º aniversário do Vitória Futebol Clube**

*Poucos são os clubes de futebol em Portugal com tão longa vida como o Vitória Futebol Clube. Esse facto inquestionável constitui, acima de tudo, motivo de crença fundamentada na continuidade deste grande clube que emana do povo sadino.*

*Por cada derrota, há sempre uma vitória a seguir; por cada queda, há sempre quem se ponha de pé e continue a caminhada. A história do Vitória Futebol Clube é essa; é a história de quem nunca se deixa derrubar, de quem sente profundamente a sua cidade através do seu clube.*

*Por todas estas razões saudamos hoje o Vitória Futebol Clube pelo seu 114.º aniversário de um percurso recheado de honra e orgulho. São 114 anos de profunda ligação à cidade e à região que fazem deste clube uma referência desportiva nacional e internacional.*

*Ver o Vitória progredir é o que nos motiva; ver o Vitória crescer é o que sabemos ser bom para a cidade e para a região; ver o Vitória ganhar e ser grande é o objetivo que estaremos sempre disponíveis ajudar a alcançar.*

*Hoje, mais do que nunca, importa é que o clube saiba criar as condições da sua própria sustentabilidade.*

*Parabéns ao Vitória Futebol Clube pelo seu 114.º aniversário.*

*Parabéns a Setúbal por acolher este tão grande clube.”*

**Sr. Presidente** – Informou que a senhora Vice-presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro, não estava presente na reunião por se encontrar em representação do município numa iniciativa internacional, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.



## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 658/2024 – Proposta n.º 46/2024 – GAP – Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para os anos de 2025 e de 2026 - Ratificação da Nomeação de Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2024 – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 e 28, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

### **2. Deliberação n.º 659/2024 – Proposta n.º 127/2024 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público, n.º 39/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de seguros, pelo período de 6 meses – Adjudicação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 a 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 660/2024 – Proposta n.º 128/2024 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação do lote de terreno n.º 90, do Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **4. Deliberação n.º 661/2024 – Proposta n.º 129/2024 – DAF/DICONT – 7.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 7.ª ao Plano de Atividades Municipal e 7.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 a 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta com 4 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 PPD/PSD.

### **5. Deliberação n.º 662/2024 – Proposta n.º 130/2024 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de Apoio Financeiro 2024**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.



**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que cada vez com mais atraso, mas mais uma vez, o município trazia àquela casa a aprovação das verbas que visavam apoiar os clubes da cidade de Setúbal, do concelho de Setúbal, para o desenvolvimento dos seus planos de atividades regulares. Não se podiam esquecer de estarem, naquele dia, a aprovar o apoio aos planos de atividades regulares dos clubes para o ano de 2024, estavam a dia 20 de novembro.

Tendo em consideração os atrasos que o município tinha no pagamento dos apoios, uma das questões que levantavam era se aquele apoio era para o plano de 2024, ou era para o plano de 2025, porque em 2024, se bem se lembravam, não houve mais nenhum apoio naquele âmbito. Era evidente que sabiam que havia outro tipo de apoios, mas aquele era o principal apoio, não eram os pontuais que eram os principais apoios. Estavam a dia 20 de novembro e ia ser aprovado naquele dia, veriam quando é que seria pago.

Disse querer fazer um conjunto de questões que os preocupavam, e já não ia tocar na questão, porque já tinham tocado no passado, que não se reviam naquela matriz, certamente era uma mensagem que deixavam aos clubes que a partir de 2025, após as eleições, e com a tomada de posse deles, certamente que iriam apresentar uma nova matriz e iam discutir com os clubes uma verdadeira matriz que pudesse apoiar adequadamente os clubes, não se reviam nem na forma como era encontrado o valor, nem no próprio valor.

Para si, era particularmente curioso, quando trabalhava num instituto que tinha acesso à informação de 56 concelhos na Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, perceber estarem quase na cauda dos apoios financeiros ao nível dos planos de atividade regulares, mas isso era só um pequeno apontamento, era para eles curioso como com 166 mil euros conseguiam promover o desporto em Setúbal.

A primeira questão era se aquele organograma, que era apresentado, data de entrega das candidaturas, 31 de maio, análise, 28 de junho e depois a aprovação, se foi realmente cumprido.

E, questionava porque estando em novembro, e já estando aquele apoio a apanhar uma nova época desportiva, se aquele plano teve em consideração os dados apresentados pelos clubes ainda relativos à época desportiva anterior, ou se àquela época desportiva, porque um clube em abril poderia ter 20 atletas e naquele momento poderia ter 200, e as despesas eram completamente diferentes.

Também questionou qual era o universo de entidades elegíveis à matriz, porque era referido que havia um aumento do número de clubes do ano anterior para o presente ano, era apenas 1, mas existia esse aumento, e gostavam de perceber qual era a percentagem total que isso representava, ou se ainda continuavam a ter muitas entidades fora daquele apoio.

Disse que gostariam de perceber como um valor de 200 euros poderia ser um apoio digno a dar a uma instituição do concelho de Setúbal, para desenvolver o seu plano de atividades. Por exemplo, o Sindicato, um clube que tinha várias equipas inscritas na Associação e Futebol de Setúbal, perto de 70 atletas, trabalhava com crianças a partir dos 6, 7 anos, ia ter 200 euros de apoio. E ia ter 200 euros de apoio porque a matriz previa um valor mínimo de apoio, porque se não, com uma pontuação negativa, que aquela fantástica matriz contemplava isso, a possibilidade de uma entidade que desenvolvia o desporto no concelho de Setúbal ter pontuação negativa, provavelmente ainda teria de pagar ao município para poder desenvolver o seu plano de atividades.

Por fim, gostavam de colocar uma questão e aproveitavam aquela proposta porque fazia sentido naquela proposta, e falava em termos políticos não falava em termos técnicos, se em termos políticos os clubes que desenvolviam os desportos coletivos no concelho de Setúbal, se estavam ou não a ser pressionados para não criarem novas equipas, por exemplo, uma equipa de andebol em Setúbal queria criar uma equipa de iniciados, que ainda não tinha, indo dar essa informação junto do município e se era “convidada”, a não criar essa equipa talvez por algum constrangimento na falta de oferta de instalações desportivas.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse pensar que as questões que eram colocadas, eram esclarecidas pela própria matriz. A legitimidade que cada bancada, e que cada força política tinha para concordar ou discordar daquilo que eram os modelos e os instrumentos de apoio



era legítima, de qualquer modo, importava dizer duas coisas, a existência de uma matriz, sendo ela sempre em si um instrumento que se podia criticar por ter fragilidades era melhor do que a ausência de um instrumento que apoiava aleatoriamente e sem qualquer tipo de critério. O que presentemente qualquer vereador e vereadora naquela reunião podia fazer era algo que há meia dúzia de anos, ou num passado mais longínquo, não poderia fazer.

Presentemente os apoios, a qualquer entidade, no quadro da matriz não resultavam da boa vontade, ou da simpatia do vereador, resultavam de uma matriz que importava, uma vez mais, colocar que foi aprovada naquela Câmara e que era amplamente discutida antes de chegar, também, àquela Câmara num Conselho Municipal de Desporto, que tem vários e diferentes representantes, que para informação de todos os vereadores, nunca puseram em causa a própria matriz, sendo que, inclusive, nesse mesmo Conselho Municipal, existiam representantes de forças políticas diferentes do executivo municipal e nomeadamente representantes da Assembleia Municipal e, portanto, achava que era importante quando se fazia uma crítica avulsa sobre a matriz, o que achava que poderiam dizer era: *“bom, então vejamos o que é que é o funcionamento na atribuição de apoios até em outros municípios”*.

Era bom de perceber e bastava fazer uma leitura rápida e transversal, não era a leitura total era rápida e transversal que, quando era solicitado os prazos para entrega da informação que, obviamente que o apoio que referiam, tinha uma tradução para uma época desportiva e não para um ano civil e, portanto, era óbvio que todo e qualquer clube que apresentava aos dados era referente aos elementos que tinha a essa data, não podia estar a prever se no decorrer da própria época desportiva, ia ou não ter mais atletas, eram coisas, por vezes, imprevisíveis, que aconteciam e que, portanto, não fazia nenhum sentido nem tinha nenhum cabimento essa afirmação.

Era óbvio e achava que para quem era atento e para quem conhecia o próprio funcionamento do Movimento Associativo não podiam, por mais cuidadosos e atentos e que assumissem ali a preocupação com as diferentes coletividades, também era bom, que naquela matéria fossem honestos entre si e reconhecessem as fragilidades das instituições e a debilidade das instituições e, portanto, o que a matriz previa, era de facto um apoio que considerava através daquilo que eram as regras estabelecidas, um apoio financeiro que estava claro, e que tinha a ver com a utilização de instalações próprias, ou não, com um número efetivamente de atletas devidamente inscritos, ou não, não podiam supor de que a inscrição de atletas, fosse na associação, ou a prática dos atletas num clube, fosse verdadeira ou não, portanto, tinham que se basear.

Aquela matriz era feita pela Divisão de Desporto e tinha enorme respeito pelos técnicos da Divisão de Desporto que faziam um trabalho absolutamente notável, um esforço hercúleo para que os clubes, muitas vezes que se debatiam com profundas dificuldades na recolha daqueles elementos, pudessem de alguma forma ter toda a informação para depois construir, mas até era interessante que o Partido Socialista que se arrogava permanentemente naquelas intervenções que têm tido sobre a matriz, achava que, por exemplo, devia valorizar que aquela matriz era uma matriz que discriminava positivamente clubes que trabalhavam o desporto inclusivo, era uma matriz que discriminava positivamente o desporto no feminino, era uma matriz discriminava positivamente o desporto náutico e as atividades náuticas. Gostariam de ter muito mais dinheiro, e gostariam de ter em vez de cento e sessenta mil um milhão e seiscentos mil para atribuir aos clubes, mas aquela Câmara trabalhava efetivamente com o dinheiro e com a capacidade que tinha e aquela era apenas uma parcela visível, clara e transparente naquilo que eram os apoios que davam ao nosso Movimento Associativo.

Aquela era a matriz que traziam, que obviamente que tinha um reflexo na época desportiva, 24/25. Sobre suposições e afirmações de que a Câmara Municipal, de alguma forma, persuadia ou condiciona os clubes a não inscreverem equipas, desconhecia por completo essa informação.

Era uma informação que se o Partido Socialista, eventualmente, tinha agradeciam que lhes fizessem chegar por quem, e onde, é que a Câmara Municipal, ou os serviços da Divisão de Desporto condicionaram clube, dirigente ou outra entidade para que não inscrevesse uma



equipa, ou que não inscrevesse um escalão, porque isso tinha implicações no funcionamento da estrutura.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse agradecer as respostas, nem sempre as obtinha, mas naquele dia correu bem.

O senhor Vereador com o pelouro do desporto conseguiu fazer um bom cozinhado, conseguiu dar a volta a alguns assuntos, mas houve dois pormenores que na sua opinião não conseguiu, e um até era interessante, porque provavelmente e seguindo a lógica de ano para ano, que atrasavam aquela aprovação, era provavelmente a última vez que o senhor Vereador trazia uma proposta daquelas a reunião de Câmara, não sabia, poderia ser, mas gostaria realmente perceber se era normal para a CDU trazer em novembro uma proposta para apoiar o desenvolvimento desportivo, que começou no dia 1 de janeiro, não era para o dia 1 de janeiro de 2025, era para 1 de janeiro de 2024, e se poderia assegurar naquele dia, o senhor Presidente, ou o senhor Vereador, que pelo menos as entidades ainda iriam o dinheiro naquele ano, porque não era só a gravidade de apoiar a 20 de novembro de 2024, era inclusivamente perceber quando é que iriam receber aquela verba.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que sobre as considerações não valeria a pena falar, enfim eram o que eram, cada um ficaria com elas, portanto não valia a pena.

Relativamente à questão dos pagamentos voltava a dizer, bastava ler, que considerando que o período de 3 a 24 de maio, apresentaram as propostas, era um período compreendido, e achava que para quem se arrogava um conhecedor do Movimento Associativo e da realidade dos clubes e conhecendo todo aquele processo, era fácil perceber que o impacto do apoio financeiro não era para a época desportiva que terminava.

Na maioria das modalidades - embora isso não fosse um facto exclusivo -, havia modalidades que assim não era, não muitas, mas a maioria terminava a sua época desportiva em meados de junho/julho, dependendo da modalidade, havia pouquíssimas modalidades que a sua época desportiva se mantinha e não tinha interrupção durante o verão, mas a grande maioria era sobretudo os desportos coletivos e assim acontecia, era fácil compreender que o impacto da matriz do desporto era para a época desportiva e, portanto, tinha um impacto durante a época desportiva 24/25, porque se não, não seria pedido em maio, seria pedido em janeiro. Era fácil de compreender, bastava fazer essa leitura.

Relativamente aos pagamentos eram feitos e depois eram geridos com os próprios clubes, aquilo que a Câmara Municipal se propunha a fazer era que fossem pagos de acordo com aquilo que era a capacidade da Câmara Municipal, e também daquilo que era o diálogo que faz com os próprios clubes.

**Sr. Presidente** – Disse pensar que estava discutida aquela proposta. No meio de tudo aquilo o que achava que era importante ficar claro era que a atribuição daqueles apoios financeiros aos clubes do nosso concelho eram feitos através de uma matriz que tinha sido aprovada na Câmara Municipal, e que os clubes se candidatavam e era com base nos valores que estavam estabelecidos naquela matriz pela participação, pelo envolvimento de cada um dos clubes que recebiam uma determinada pontuação, e que depois do valor que estava para distribuição era distribuído a cada um dos clubes que concorriam, que apresentavam projetos àquela matriz.

Era muito importante que ficasse claro que não havia uma atribuição avulsa e muitas vezes, como sabiam que acontecia, em que dependendo um pouco da vontade ou do sentido de humor em cada momento, que os apoios eram feitos às coletividades e naquele caso aos clubes desportivos, era com base numa matriz aprovada na Câmara, todos conheciam essa matriz, e sabiam que quando apresentavam as suas propostas de atividade, de trabalho a desenvolver, já sabiam que para aquele fim tinham uma determinada pontuação.

A questão que se colocava, no seu entendimento, era de saber se cento e sessenta e cinco mil euros era muito ou pouco, essa é que era a questão central. Era o que a Câmara Municipal tinha para dar naquele tipo de apoio aos clubes.



Certamente que haveria de haver municípios que tinham valores superiores, outros que tinham valores inferiores, o que a Câmara Municipal tinha para poder distribuir era aquele valor, naturalmente, que não estavam só a falar do tipo de apoios, ou dos apoios que eram dados aos clubes, eram dados um ou outro conjunto de apoios que não passavam pela matriz, eram outro tipo de apoios, designadamente o apoio logístico, eram vários tipos de apoio, no fundo, que tinham a ver com a atividade que os clubes desenvolviam, e com o reconhecimento que essa atividade tinha para o interesse municipal e a valorização da atividade desportiva que as coletividades promoviam no nosso concelho. Era o que tinham, se a Câmara Municipal, tivesse outra capacidade financeira, certamente que teria valores na matriz mais elevados.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **6. Deliberação n.º 663/2024 – Proposta n.º 131/2024 – DCDJ/DIDES – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, não tendo havido discussão sobre a mesma.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse voltarem a trazer àquela reunião de Câmara a provação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal. Na passada reunião esteve ausente, a reunião foi dirigida pela senhora Vice-Presidente, a Vereadora Carla Guerreiro, e por uma interpelação feita pela bancada do Partido Social Democrata, não era uma questão de conteúdo, mas uma questão que a senhora Vereadora entendeu considerar retirar.

Traziam novamente aquela proposta, mantendo os pressupostos a ela associados, nomeadamente aquilo que foi, de certa forma, posto à consideração e que tinha a ver com a designação do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Propunham que a dominação se mantivesse, efetivamente era uma dominação que tinha uma intencionalidade, dominação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto do Município de Setúbal não tinha efetiva e intencionalmente o termo atividade física. Não era por considerarem essa questão uma questão menor, ou uma questão maior, era uma questão do ponto de vista conceptual, à qual entendiam que desporto, do ponto de vista do conceito, tinha uma amplitude que lhes parecia mais representativa da sua dominação.

Aquela matéria teoricamente era uma discussão centenária, o conceito de desporto diferia do conceito de atividade física, como diferia do conceito cultura física, como era diferente do conceito de exercício, ou exercício físico, como era diferente do conceito de recreação, como era diferente do conceito de lazer ativo, como era diferente do conceito de prática corporal entre muitos outros. Todos aqueles conceitos podiam, se quisessem numa linguagem comum ser sinónimos, mas não verdade não o eram, e podiam levá-los a discussões mais amplas que pensava que não eram suficientemente justificativas naquilo que era o essencial e, por isso voltavam a considerar que o termo mais adequado e mais amplo na designação era desenvolvimento desportivo.

Não estavam desatentos, e a título de informação, do ponto de vista dos 308 municípios, sendo que mais ou menos 30 tinham planos estratégicos, a larga maioria usava também apenas o termo desporto, a título de curiosidade, Maia, Almada, Póvoa do Varzim, Fafe, Matosinhos, Coimbra, Torres Vedras, Esposende, Faro, Santarém e em análise com a própria entidade que acompanhou a CEDRU que deviam manter aquela designação e colocavam novamente à consideração o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Desporto do Município de Setúbal.



**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que na bancada deles também acompanhavam o pensamento da Vereação da CDU e, naquele caso do Vereador com o pelouro e que fazia sentido e que efetivamente era utilizado em diversos concelhos, e que na ótica deles também deveria ser a terminologia usada naquele tipo de documento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 6 votos a favor, 4 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**7. Deliberação n.º 664/2024 – Proposta n.º 132/2024 – DCDJ/DICUL – Adenda ao Protocolo de Depósito de Bens Culturais entre o Museu de Setúbal/Convento de Jesus e o Museu da Presidência**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 665/2024 – Proposta n.º 133/2024 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Sugeriu fazer a votação em conjunto das propostas 217/2024 a 224/2024 uma vez que pelo menos eles votariam todas da mesma forma.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não tinha nada a opor.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que acompanhavam a proposta.

**Sr. Presidente** – Disse que iam votar em conjunto as deliberações 666/2024 a 673/2024.

**9. Deliberação n.º 666/2024 – Proposta n.º 217/2024 – DURB/DIGU – Painel Publicitário tipo Mupi com 6m<sup>2</sup> - Processo n.º 127/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48 (ver ponto 8), não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 667/2024 – Proposta n.º 218/2024 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de alterações e licenciamento para obras de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 470/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 8).

**11. Deliberação n.º 668/2024 – Proposta n.º 219/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento para obras de construção, alteração e ampliação de edifício habitacional - Processo n.º 334/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 8).

**12. Deliberação n.º 669/2024 – Proposta n.º 220/2024 – DURB/GAPRU – Licenciamento de alterações e ampliação, no decorrer da obra, de um edifício de habitação coletiva com garagens em cave - Processo n.º 400/20**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 8).

**13. Deliberação n.º 670/2024 – Proposta n.º 221/2024 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável sobre viabilidade de demolição de um edifício e construção de dois edifícios destinados a habitação e comércio/serviços - Processo n.º 36/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 8).

**14. Deliberação n.º 671/2024 – Proposta n.º 222/2024 – DURB/GARIU – Painel Publicitário c/ 24m<sup>2</sup> - Processo n.º 125/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 a 54 (ver ponto 8).

**15. Deliberação n.º 672/2024 – Proposta n.º 223/2024 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 15/22**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 55 a 59 (ver ponto 8).

**16. Deliberação n.º 673/2024 – Proposta n.º 224/2024 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini duplo c/ 4m<sup>2</sup> cada face - Processo n.º 177/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 60 a 62 (ver ponto 8).

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sra. Tânia Isabel** – Disse estar à procura de casa, já se inscreveu há 3 anos. Foi para um abrigo grávida, devido à violência doméstica. Naquele momento estava na casa da mãe que constantemente chamava a polícia para a pôr a si e à sua filha na rua. Precisava de uma casa para poder ter alguma estabilidade com a sua filha.



**Sra. Maria de Lurdes** – Disse estar numa situação de despejo. Desde 2013 que andava a tratar do assunto e no não lhe resolveram nada.

Entretanto, o tribunal tinha-lhe dado 5 meses para sair e estava à espera que repentinamente de lhe baterem à porta com uma ação de despejo.

Não tinha condições de arrendar uma casa, ganhava 235 euros, não tinha para onde ir, não tinha família, não tinha ninguém.

Desde novembro o ano anterior que estava naquela situação e no Edifício Sado ninguém lhe resolvia nada e ainda lhe desejavam boa sorte.

**Sr. Presidente** – Questionou se a senhora já tinha ido à Segurança Social colocar a sua situação.

**Sra. Maria de Lurdes** – Disse que já tinha percorrido tudo. A Segurança Social tinha pago os 5 meses que o tribunal lhe tinha concedido.

Estava inscrita desde 2017, mas naquele momento estava mais aflita porque não tinha para onde ir, não tinha família, não tinha ninguém.

(Intervenção Inaudível)

**Sra. Maria de Lurdes** – Disse que não estava reformada porque não tinha idade para se reformar.

**Sr. Bruno Miguel** – Disse que iria intervir em representação de um cliente. Clientes que desenvolviam a atividade empresarial naquilo que tem sido a linha condutora do Município nos últimos anos, nomeadamente requalificação do património e dos imóveis na zona histórica e turismo, e a situação que se apresentava prendia-se atualmente com dificuldades e barreiras na burocracia, na parte do licenciamento no Departamento de Urbanismo.

Após consulta às entidades externas, ainda na fase de aprovação de arquitetura e, com parecer favorável das entidades externas, nomeadamente da antiga DGPC e com abstenção da parte da APA, por não considerar que a requalificação de edifícios fizesse parte das suas competências, estavam desde o dia 1 de agosto a aguardar uma assinatura, de um parecer que estava condicionado à aprovação, ou não, das entidades externas. Isso dificultava bastante o desenvolvimento da atividade empresarial, naqueles ramos que falou, e era desmotivador para os seus clientes a que continuassem a desenvolver aquela atividade em Setúbal.

Pediam ajuda nesse sentido, que os elucidassem como podiam tornar aquele processo mais célere.

**Sr. Presidente** – Questionou se o senhor em representação desses interessados já tinha tido uma reunião no Urbanismo.

**Sr. Bruno Miguel** – Disse que nos últimos tempos o Urbanismo tornou-se um departamento quase inalcançável. Já tinham sido tentados contactos das mais variadíssimas formas, emails semanais, telefonemas, pedidos de atendimento com a arquiteta responsável pelo projeto, e não passava da secretaria da arquiteta. Compreendia que a arquiteta em questão esteve doente durante algum tempo e acreditava que o volume de trabalho fosse imenso, mas, desde o dia 1 de agosto que não se conseguia marcar uma reunião, estabelecer contacto, nem obter respostas do porquê da demora da aprovação da parte de arquitetura.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse ser fundamental para perceber a questão a identificação do número do processo, porque poderia haver outras questões que poderiam parecer fáceis ou evidentes e que bastava a recolha de pareceres e nem sempre a situação era essa. Solicitou que lhe deixasse o número do processo para verem qual era o ponto de situação e no dia seguinte ligar-lhe-ia a dar essa informação.



**Sr. Bruno Miguel** – Disse que do pouco que conhecia da parte de licenciamento, após o parecer favorável das entidades não cabia à parte da arquitetura, nem ao departamento de urbanismo recusar ou não, já não estava nas competências.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse depender se houvesse condicionantes que resultassem da aprovação da arquitetura da apreciação da Câmara poderiam ter que voltar a ser analisadas, mas só vindo em concreto, como sabia os processos de urbanismo eram muito complexos.

Solicitou o número do processo e no dia seguinte alguém lhe ligava a dar o ponto de situação.

**Sr. Bruno Miguel** – Agradeceu.

**Sra. Dina Teresa** – Disse ter 2 meninos gémeos autistas e uma menina com urticária crónica. Desde há 2 anos que tinha problemas de saúde.

Em 2022 fez uma inscrição para uma casa e era seguida pela assistente social, recebia o RSI e os abonos e naquele momento não podia trabalhar, tinha provas, e estava à espera de ser chamada para várias cirurgias, duas às mãos, duas aos pés e uma à coluna.

A sua senhoria ia vender a casa e ia ficar sem casa, tinha ordem de despejo e não conseguia resposta de lado nenhum. Sabia por amigas que havia casas vazias, que não eram dadas, as casas estavam em obras e iam ser ocupadas. Agradecia que verificassem a sua situação.

**Sra. Denise** – Disse que ia fazer 2 anos que esteve ali a falar do seu descontentamento relativamente ao Bairro da Bela Vista. Era nascida e criada no bairro, estava ali em nome da sua tia e mãe. Queria uma resposta, já tinham decorrido 2 anos que ali foi e que lhe disseram ir resolver e não resolveram nada.

Ficou desempregada com a sua mãe e a sua tia há 4 anos, trabalhavam numa fábrica que fechou, e decidiram abrir um negócio no bairro, uma vez que tinha muitos espaços degradados, muitos espaços fechados. Até ao momento a sua mãe e a sua tia não conseguiram trabalho. A sua tia, entretanto, imigrou para França, trabalhava nas limpezas.

Queria saber porque não resolveram nada ao fim daquele tempo. Queriam abrir um espaço no bairro, era o bairro onde cresceram e queriam dar uma imagem diferente, não a quem vivia no bairro, mas a quem vinha de fora. Queria abrir um negócio com a sua família, queria dar uma imagem nova ao bairro, queria abrir um restaurante, os senhores faziam muitos passeios no bairro se quisessem sentar-se para beber um café, fazer pequenas refeições, não conseguiam, se quisessem uma comida típica tinham que ir comer a Lisboa.

Queria uma resposta, não achava normal, era jovem e tinha 2 filhos. Faziam obras, mas o que lhes diziam era que naquele momento não podiam fazer nada porque faziam obras no bairro, mas já estava naquilo há 5 anos, questionou se seria possível que quem queria investir no bairro não conseguia. Quando foi ali pela primeira vez não pediu um euro à Câmara, veio dizer que a Câmara poderia ajudar a fazer umas obras e eles com o pouco que tinham da indemnização iam investir no bairro, mas estavam sempre a baterem-lhes com a porta. Tinha amigos que lhe diziam: “vais à Câmara fazer o quê?”, mas achava que se não falassem ninguém iria ouvir a voz deles.

Estavam há 2 meses à espera de reunião com o senhor Presidente, ligavam e diziam que o Presidente não tinha tempo para os receber: “acha que me sinto bem-estar a vir aqui outra vez?”, não gostava de falar em público, mas quando era para dizer o que sentia não tinha que ter vergonha, e ia falar até ao fim, até aquilo ficar resolvido.

Ficava com pena, havia pessoas que não tinham casas, havia situações delicadas, mas uma pessoa sem trabalho não conseguia fazer nada. Tantos espaços fechados, a parte de baixo dos bairros era só água infiltrada, ratos, eram só espaços fechados, era uma vergonha.

Queria só uma resposta porque 4 anos era uma vergonha, falava por si e por quem tinha vontade de investir e não davam uma oportunidade.



Os anos passavam a sua vida continuava porque tinha garra e força para trabalhar e ia ser até ao fim, e sabia que haveria de conseguir ter um espaço no bairro e haveriam de irem almoçar no Bairro de Bela Vista, uma cachupa ou um cozido à portuguesa, e iam-se sentar com orgulho, não com medo, queria dar outra imagem.

Não tinha que investir na baixa da cidade, queria dar outra imagem ao seu bairro para atrair pessoas de outros lados, de outras cidades.

**Sr. Presidente** – Disse ser verdade que o Presidente tinha mil e um coisas para tratar, mas essa resposta não era uma resposta que se desse.

Disse irem dar resposta e agradeceu a todos os que foram ali.

Relativamente à habitação, em cada reunião de Câmara vinha cada vez mais pessoas a pedir habitação.

A Câmara Municipal não tinha habitações, já tem dito várias vezes, a Câmara Municipal era uma identidade que atuava naquele território com responsabilidade e procurava por todos os meios dar resposta no sentido de melhorar a qualidade de vida, e o bem-estar das nossas populações, no entanto, e no que dizia respeito à habitação, não era a Câmara Municipal que tinha essa responsabilidade maior, ainda naquele dia ouviu a senhora Presidente da Associação Nacional de Municípios, que teve reuniões no Parlamento na discussão do Orçamento do Estado, e a senhora Presidente dizia aos senhores deputados na Assembleia da República que a habitação era uma responsabilidade do Estado, e que devia figurar nos orçamentos de Estado.

A senhora Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses fez essa afirmação. Naturalmente, que as autarquias procuravam sempre, por todos os meios, dar resposta às populações. Naquele dia estavam ali 4 pessoas que vinham com problemas diversos, que não tinham habitação ou que estavam em risco de despejo. Tinham um conjunto de habitações, que eram habitações municipais, e uma boa quantidade delas naquele momento estavam num processo de requalificação, nesse quadro faziam o que estavam ao alcance deles, mas quando não tinham habitações não conseguiam ter habitações rapidamente.

Havia entidades que tinham essa responsabilidade, eram entidades sediadas no concelho de Setúbal e que tinham essa responsabilidade porque representavam o Estado, não era mandar as pessoas para a Câmara Municipal, para ver se tinham habitação, porque essas entidades tinham um relacionamento estreito com os nossos técnicos que trabalhavam na habitação e sabiam perfeitamente que a Câmara Municipal não tinha habitações para dar às pessoas, portanto isso era andar a enganar as pessoas.

Tinha de denunciar isso publicamente, não podiam continuar a empurrar uns para os outros, cada um tinha que assumir as suas responsabilidades.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que relativamente à habitação atualizaram a lista de pedidos, na sexta-feira passada, e estavam com 1.864 pedidos de habitação homologados, entretanto, já tinham passado pela sua mão mais uns 20 ou 30 pedidos que apareceram, entretanto.

A característica relevante desses pedidos era que a esmagadora maioria eram pessoas, como a senhora que ali falou, que tinha uma casa que estava alugada, cujos senhorios querem vender ou aumentavam exponencialmente a renda e colocavam as pessoas na rua. Era uma situação muito complicada e, que não era comum à 6, 7 ou 8 anos atrás. Nessa altura tinham pedidos de habitação de pessoas que tinham uma história de pobreza familiar, naquele momento tinham pessoas que sempre tiveram a vida organizada e estavam na rua. Era uma situação inaceitável, que percorria o país inteiro, mas que tinha uma forte carga nos centros urbanos da área Metropolitana de Lisboa.

Era uma matéria que carecia de resposta com nova habitação, visto que a habitação pública em Setúbal e em outros Municípios no essencial estava preenchida pelas pessoas que lá viviam, e naquele momento em Setúbal tinham meia dúzia de casas, 10 casas por ano, quando há 12 anos tinham 200 casas por ano disponíveis para entregar, porque as pessoas

saiam, melhoravam a vida iam para outros sítios e naquele momento continuavam a regressar, não saíam, portanto, as casas não estavam libertas, a alternativa era nova habitação.

Em Setúbal, em particular, era um grande bloqueio habitacional, quando alojaram os nossos inquilinos da Quinta da Parvoíce, foram 62 famílias em habitações no concelho, levaram 2 anos, não havia oferta e arrendaram casas por 500 €, 600 €, outras por 1.200 €, 1.300 €, 1.400 €, por esses valores, a situação estava muito bloqueada.

Era preciso construir habitação nova, havia um reconhecimento público de todos os poderes públicos dos governos todos que governaram o país naquele momento e das políticas que governaram o país naquele momento, de que houve uma falência habitacional, como dizia um governante, pela ausência de políticas, omissão de políticas, por políticas erradas, etc., mas o que era facto era que não tinham habitação em Portugal e a situação estava difícil. Além de que havia uma alteração também, os pedidos de habitação eram maioritariamente T1, naquele momento havia muitas pessoas a pedir uma habitação T1, o que queria dizer que havia pessoas individuais, ou casas jovens a pedir habitação sem filhos, ao contrário do que era há uns anos que era sobretudo T2 e T3 naquele momento era T1 e T2, mas sobretudo T1.

Ainda tinham uma situação que lhes já caía em cima, no país inteiro, que se chamava imigração crescente, nos nossos bairros tinham muitos imigrantes que já estavam cá há muitos anos, mas apareceram novos imigrantes, imigrantes que eram indispensáveis à vida económica do nosso país, e que eram contribuintes ativos para a nossa economia e que eram essenciais em certos setores-chave da nossa economia. Essas pessoas chegaram, e bem, mas tinham problemas violentos de habitação.

A situação era de tal ordem que, por exemplo, no Algarve um resort comprou um núcleo de apartamentos para alojar os seus trabalhadores, se não nem sequer tinha trabalhadores para funcionar, porque na zona do Algarve em que abriu o resort não havia habitação acessível aos trabalhadores que precisavam ter na sua instalação.

A situação estava naquele pé, pensava que a solução era mais casas públicas, mais casas públicas, mais casas públicas, acabar com a burocracia para resolver o problema das casas públicas, vir o financiamento e a capacidade de resposta, embora naquele momento o quadro de resposta das empresas estava muito difícil.

Mas de qualquer maneira era preciso haver de uma forma consistente e ao longo de muitos anos, não era uma coisa do PRR agora de repente, ao longo de muitos anos construção pública consistente. Segundo as contas deles, para resolver qualquer coisa como 5% de habitação, sendo o que anunciou o Governo anterior do Partido Socialista precisariam de 45 anos de PRR.

Em termos de habitação, não estava fácil, as pessoas entraram em situação de carência, tinham que ir às instituições que resolviam esses problemas, porque ali geriam o parque que tinham e iam colaborar com o Governo na construção de mais habitação, porque a responsabilidade era mesmo do Governo, mas iria colaborar com o Governo.

De qualquer modo, aconselhava que as pessoas se dirigissem à habitação, que fizessem o seu pedido, que atualizassem os pedidos, porque havia sempre situações de atualização de dados novos, e logo que houvesse uma oportunidade poderia ser que se resolvesse o problema.

Relativamente às lojas de bairro, como a Denise falou dava a ideia que a Câmara tinha uma obrigação qualquer de encontrar uma solução para a sua família, mas não tinha, não tinha mesmo, a Câmara não tinha que montar negócios a ninguém, nem tinha que facilitar negócios a ninguém, a não ser nos termos legais em vigor. Que isso ficasse claro.

Clarificado isso, achava muito importante que tivesse ido ali, porque iniciaram um processo lojas de bairro, que teve uma história complicada de tentarem atribuir loja aos moradores que queriam fazer negócios no bairro, e iniciaram um processo de atribuição, até que no nosso património lhes chamaram à atenção que isso não poderia ser assim, tinha que haver um regulamento. Depois o regulamento fez o seu caminho, levou imenso tempo, e aprovou-se o regulamento, entretanto selecionaram-se espaços que estavam degradados, inclusive

decidiram fazer obras num deles para esse objetivo, que era a zona da velha guarda, a obras estava praticamente concluída e seria o primeiro espaço a atribuir.

Achava que já o deveriam ter atribuído, mas ia saber o que se tinha passado, e no fim poderiam falar e marcavam um encontro para ver com a habitação como poderiam resolver o vosso problema e de outros que também se tinham candidatado, porque felizmente tinham muitos moradores que tinham uma atividade comercial em casa, do mais diverso tipo, e que tendo um espaço poderiam desenvolver a sua atividade.

Também, tinham um grupo de moradores, muito razoável, que fizeram cursos e formação de gestão de negócio, incluindo páginas de internet, etc. e esses moradores queria ter esses espaços de negócio, alguns desenvolver o seu espaço de negócio a partir de casa com essa formação que tiveram.

Propôs que no fim marcassem uma conversa, e ia ver se conseguia agilizar o processo do regulamento, que pensava estar aprovado, que estava eficaz e que tinha que ser implementado.

**Sr. Presidente** – Disse que sobre as questões que foram colocadas um senhor ia falar com a senhora Vereadora sobre questões do urbanismo, sobre a questão do regulamento a senhora falaria com o senhor Vereador Carlos Rabaçal e sobre as questões das habitações o senhor Vereador já tinha dito, tinham uma responsabilidade que assumiam, que era a da requalificação das casas que eram propriedade da Câmara Municipal.

Certamente já tinham ouvido falar, apresentaram candidatura ao programa do PRR, eram a terceira Câmara do país que tinha maior número de candidaturas aprovadas, e nesse programa a Câmara de Setúbal tinha candidaturas aprovadas no valor de 150 milhões de euros.

Estavam a fazer um trabalho extraordinário com o envolvimento dos nossos técnicos, com a contratação de empresas para requalificar aquelas casas, dando melhores condições de vida e de vivência às pessoas que lá estavam e a poucos novos moradores, após estarem todas reabilitadas, mas não tinham casas para as pessoas.

(burburinho na sala)

**Sr. Presidente** – Disse que o que lhe disseram era que havia sítios onde havia casas disponíveis. Disse para falarem com os técnicos e eles explicariam, se não conseguissem resolver com os técnicos e mantivessem essa opinião falassem com o senhor Vereador. Já se cruzou com outras pessoas que diziam que havia casas disponíveis e depois iam verificar e afinal as casas não estavam disponíveis, as casas estavam atribuídas. Nesses casos, que tinham essas informações, agradecia que se dirigissem aos nossos serviços e que dissessem: *“a casa tal, o número tal, no andar tal, estava disponível”*, e eles haveriam de dizer se estava ou não disponível.

A informação que tinha, que era a informação do Vereador, que era a informação dos técnicos, era que não tinham mais casas para atribuir. Iam atribuindo casas, poucas, como era natural, quando alguém deixava de utilizar a casa, e eram muito poucas.

Tinham cerca de 3.000 inscrições e estavam avaliadas de acordo com os critérios das prioridades.

De qualquer forma agradecia que tivesse ido ali colocar as vossas questões, estavam ali técnicos, e o senhor Vereador que tinha essa área, pedia que fossem falar com os técnicos, que identificassem essas casas que diziam que não estavam ocupadas, e se não resolvessem a questão junto dos nossos técnicos, achava que resolviam, mas se não resolvessem poderiam falar com o senhor Vereador.

Havia uma questão que insistia. Estavam a fazer a requalificação às casas, a fazer grande investimento com as candidaturas que apresentaram. Apresentaram também candidaturas para construção nova, só à parte da Câmara Municipal 500 novos fogos, tinha-se infelizmente esgotado o dinheiro do PRR e, portanto, estavam à espera que lhes dissessem se haveria outros fundos de financiamento para avançarem com a construção nova. Os 500 fogos não

eram para dar resposta às 3.000 inscrições que tinham, mas era um bom contributo, sobretudo para aqueles que estavam em situações mais preocupantes.

Tiveram uma reunião com os membros do Governo, e o que lhes tinha sido dito era que não havia mais financiamento PRR, do que aqueles que já tinham aprovados, e sobretudo para a construção nova. Esperavam que lhes dissessem que conseguiram arranjar novos financiamentos, apresentaram as candidaturas era só uma questão de saberem qual era o financiamento para essas novas construções. Faziam tudo o que estava ao alcance deles para garantir mais habitação, e melhor habitação na requalificação daquelas que já era propriedade deles.

Outra questão era que nos termos da Constituição da República Portuguesa cabia ao Estado encontrar as soluções de habitação para os cidadãos portugueses, os que estavam registados em Portugal, e, portanto, eram essas instituições que em primeiro lugar tinham de garantir essas situações para as pessoas que estavam com essa dificuldade. Sabia que isso acontecia, quando se ia a essas instituições diziam: "*vá à Câmara Municipal que eles têm casas*". Essas instituições tinham uma relação estreita com os nossos técnicos, sabiam exatamente as condições que tinham, assim como tinham relação com outros técnicos de outras instituições, a informação que tinha era que nenhuma instituição em Setúbal tinha habitação, estava tudo esgotado, porque nos últimos meses chegaram a Setúbal muita gente à procura de habitação em emergência, e que essas instituições que tinham sempre uma pequena bolsa para resolver problemas mais graves, naquele momento também estavam esgotadas, era a informação que tinha da responsabilidade dessas instituições. Aquele era o quadro que tinham e o que pedia era que fossem juntos dessas instituições, porque essas instituições tinham a obrigação de encontrar as soluções para resolver esses problemas.

Podiam sempre contar com a Câmara Municipal nas inscrições e no acompanhamento das vagas, que eram poucas, na classificação que estava feita das prioridades na atribuição das casas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e vinte e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.


O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 12 de março de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 28 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Aldora Poeira  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio

